

# PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

## QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA (QSiGA)



Participação Pública | Avaliação dos resultados  
ANEXO VII - Fichas de contributos - Região  
Hidrográfica das Ribeiras Algarve (RH8)



## ÍNDICE

<b>ANEXO VII</b> .....	<b>1</b>
António .....	2
Necton S.A. ....	4
Câmara Municipal de São Brás de Alportel .....	6
AQUALGARVE Project Consortium .....	8
Município de Loulé - Unidade Operacional de Adaptação às Alterações Climáticas .....	10
Cláudia Monteiro .....	18
Paulo Pinheiro .....	19
Paulo Pinheiro .....	21
APA - Associação Portuguesa de Aquacultores .....	23
Anónimo .....	25
Anónimo .....	29
Anónimo .....	31

# ANEXO VII



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiras do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>António</b>	
Tipo	A título individual	
<b>Contributo</b>		
É necessário fazer a limpeza nas pequenas ribeiras durante a época antes das chuvas, é urgente investir na manutenção dos açudes. Previne cheias repentinas e mantém a água durante mais tempo. Acompanho uma ribeira perto da minha casa e neste momento são estas as minha proposta para a gestão hidrográfica na região do Algarve ser mais eficiente.		
Tipologia	Concordância	
Abrangência	Dentro do âmbito	
Forma de participação	PARTICIPA	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
-		
<b>Análise</b>		
-		
<b>Integração</b>		
-		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
-		
<b>Análise</b>		
-		
<b>Integração</b>		
-		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
Necessidade de limpar pequenas ribeiras e investir na manutenção de açudes.		
<b>Análise</b>		
Este contributo é inerente à QSiGA 2 (Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente). De facto já está identificada, como orientação para o PGRH 2022-2027, a necessidade de uma maior fiscalização e sensibilização, no sentido de promover o cumprimento da legislação por parte dos particulares, no que respeita à limpeza das margens de pequenas ribeiras e manutenção de açudes.		
<b>Integração</b>		
Este contributo será tido em conta no conjunto das orientações para o PGRH 2022-2027.		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
-		
<b>Comentários/ Observações</b>		
-		



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Necton S.A.</b>	
Tipo	Empresas	
<b>Contributo</b>		
<p>Só uma pequena nota a alertar para a percepção errada que o documento transmite em relação à aquacultura, especialmente a aquacultura de bivalves. De facto a produção de bivalves aporta um serviço de ecossistema significativo, dado que são organismos filtradores que removem do sistema matéria orgânica particulada, transformando-a em proteína de elevado valor nutritivo e monetário. Aliás a EU trata a moluscicultura como uma vantagem ambiental no sentido da redução de matéria orgânica nos sistemas, nós em Portugal, por qualquer desconhecida aversão secular à produção aquícola, continuamos a olhar para a aquacultura como um problema e não uma oportunidade.</p> <p>O documento não aponta caminhos novos e inovadores, não considera re-utilização, ignora o EU GreenDeal e não considera a economia circular, questões fundamentais para a definição de novas políticas. É um documento "antigo" , infelizmente as questões colocadas são muito antigas, já deveriam ter sido colocadas e resolvidas há muito tempo, as questões são de carácter negativo, não há uma única de carácter positivo, orientações, como o fomentar a utilização de águas residuais tratadas, ou o fomentar a aquicultura de algas fixadoras de azoto e fósforo, ou a re-circulação.</p>		
Tipologia	Geral	
Abrangência		
Forma de participação	PARTICIPA	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Falta de abordagem, no documento das QSIGA, da reutilização e da economia circular, não fomentando também a aquicultura de algas fixadoras de azoto e fósforo ou a re-circulação.</p> <p>Refere que em Portugal a aquicultura é encarada como um problema e não uma oportunidade.</p>		
<b>Análise</b>		
<p>Os aspetos mencionados neste contributo são efetivamente pertinentes, já que este setor está a sofrer uma alteração de paradigma por forma a se ajustar às novas orientações decorrentes do programa comunitário From Farm To Fork (New Green Deal). Desta forma, constituirá uma atividade económica que, através de avanços de biotecnologia e alterações nos esquemas de produção, poderá ser uma mais valia do ponto de vista ambiental, nomeadamente através da recuperação de zonas de antiga produção que atualmente se encontram degradadas</p>		
<b>Integração</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
Esta abordagem constituirá um dos pontos a merecer a devida atenção nas fases seguintes do PGRH (2022-2027).		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiras do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Câmara Municipal de São Brás de Alportel</b>	
Tipo	Administração local	
<b>Contributo</b>		
<p>A Câmara de São Brás de Alportel, pese embora concorde com a generalidade do plano em apreço deixa alguns topicos para ponderação:</p> <p>Neste contexto de menor quantidade de água disponível e de aumento do consumo tendo por base as evidências científicas e os desenvolvimentos tecnológicos e legais, consideremos que a aposta deve ser focada na:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ajuda financeira e técnica aos agricultores para os sistemas de rega e escolha de culturas adequadas;</li> <li>2. Apoios financeiros e técnicos na renovação das redes e reservatórios da distribuição em baixa;</li> <li>3. Aposta nas fontes alternativas de água, com destaque para a reutilização, fomentando: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação de uma rede de distribuição de águas para reutilização, mais económica se localizada na proximidade das “fábricas de água reutilizada”;</li> <li>• O ajustamento da qualidade da água ao uso pretendido;</li> <li>• A divulgação das opções tecnológicas existentes e pesquisa de outras;</li> <li>• A aceitação por parte dos utilizadores, que devem ser informados e promover o seu uso em segurança e sem receios;</li> <li>• A atualização de legislação relacionada, como é o caso do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;</li> <li>• Criação de apoios fiscais;</li> </ul> </li> <li>4. Criação de reservatórios para recolha de água pluvial, seja em projetos públicos seja no domínio privado, redução das áreas ajardinadas exigentes do ponto de vista hídrico, parametrização da construção de piscinas privadas, e caminhando para uma comunidade sensível à água;</li> <li>5. Recolha e tratamento da informação para gerir as diferentes origens e usos em simultâneo;</li> <li>6. Promoção da política de consciência hídrica e educação ambiental;</li> <li>7. Defesa de aquíferos favorecendo a sua recarga e tarifando todos os seus consumos;</li> <li>8. Construção da barragem do Monte da Ribeira, na ribeira do Alportel;</li> <li>9. Planeamento do território aproveitando o momento de revisão de muitos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território;</li> <li>10. Promover o uso eficiente da água nos diversos regulamentos, colaborando-se na apresentação de sugestões aos regulamentos municipais, e com indicação de projetos alguns deles de cariz multimunicipal;</li> <li>11. Ações de formação para técnicos das Câmaras Municipais.</li> </ol> <p><i>Nota: Excerto que sintetiza o contributo</i></p>		
Tipologia	Concordância	
Abrangência		



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
Forma de participação	<b>PARTICIPA</b>	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
-		
<b>Análise</b>		
-		
<b>Integração</b>		
-		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Necessidade de apoios financeiros e técnicos na renovação das redes e reservatórios da distribuição em baixa.</p> <p>Necessidade de apoio financeiro e técnico a agricultores nas escolhas de sistemas de rega e de uma agricultura adequada.</p> <p>Aposta em fontes alternativas da água, nomeadamente a dessalinização e a reutilização da água</p> <p>Dotação do território de reservatórios que permitam o armazenamento da água, por vezes em excesso resultante de fenómenos de precipitação intensa e concentrada em períodos curtos</p> <p>Redução das áreas ajardinadas exigentes do ponto de vista hídrico</p> <p>Reforço da comunicação e informação sobre a necessidade do uso eficiente da água – Educação Ambiental</p> <p>Defesa de aquíferos favorecendo a sua recarga e tarifando os seus consumos</p> <p>Possibilidade de revalidação da construção da barragem do Monte da Ribeira na Ribeira do Alportel</p> <p>Promover o uso eficiente da água</p> <p>Necessidade de ações de formação aos técnicos das CM</p> <p>Refletir sobre sistemas alternativos que se adequem às aldeias e montes da serra algarvia</p>		
<b>Análise</b>		
O contributo contempla várias ações diferenciadas, algumas das quais da responsabilidade das entidades gestoras dos sistemas em baixa, que se enquadram em diferentes QSiGA.		
<b>Integração</b>		
As ações identificadas merecerão a devida reflexão na fase de definição de medidas, enquadrando-se nas orientações definidas para o PGRH (2022-2027).		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
-		
<b>Análise</b>		
-		
<b>Integração</b>		
-		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
-		
<b>Comentários/ Observações</b>		
-		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>AQUALGARVE Project Consortium</b>	
Tipo	Empresas	
<b>Contributo</b>		
<p>Como uma proposta concreta de apoio aos nossos comentários apresentados [soluções para endereçamento escassez de água e a seca no contexto da adaptação às mudanças climáticas, bem como fontes pontuais e não pontuais de poluição com contaminantes tradicionais e emergentes] abordando de uma forma mais integrativa e holística pertinentes setores influenciados, sugerimos com isso considerar a proposta "AQUALGARVE" para um projeto de demonstração de gestão de água altamente integrado, de acordo com o esboço do conceito em anexo.</p> <p>O projeto "AQUALGARVE" propõe a demonstração d'uma gestão integrada da água na na região do Algarve, em particular no seu sistema lagunar da costa oriental - a Ria Formosa, integrando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-) o uso de energias renováveis (solar, eólica, biogás/bioH2),</li> <li>-) a dessalinização de água do mar e reutilização de salmoura residual na produção de sal,</li> <li>-) o tratamento avançado de águas residuais (doméstico, agroalimentar, como "água ruça" - águas residuais de lagares de azeite, etc.) através de leitos de macrófitas em combinação híbrida com cavitação controlada para a remoção de poluentes tradicionais e emergentes e reciclagem de águas residuais para irrigação agrícola,</li> <li>-) uma produção agri-aquacultura de peixe, ervas/legumes e composto, bem como</li> <li>-) um centro educativo incluindo laboratório para testes de qualidade da água e segurança alimentar no que diz respeito à legislação pertinente e a monitoração de contaminantes tradicionais e emergentes</li> </ul> <p>Por favor observe que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-) a iniciativa e o conceito foram desenvolvidos em nome da UAlg-CIMA e tem o apoio da CCDR-Algarve e de mais de 20 parceiros de tecnologia e serviços.</li> <li>-) uma versão anterior do esboço do conceito já foi enviada às pessoas relevantes da APA com um pedido de carta de apoio por e-mail em maio de 2020, com acompanhamento em junho ao longo de agosto de 2020, não limitado a, mas também no âmbito do convite à apresentação de propostas LIFE 2020, que durante o mesmo foi transmitido pela APA à APA / ARH Algarve.</li> </ul> <p>É nossa firme convicção de que não há solução mágica para resolver a crise de escassez de água e seca no contexto das mudanças climáticas, mas que a médio e longo prazo se encontra em uma mistura de soluções central / descentralizada, convencional, / não convencionais e únicas / integrativas (medidas de eficiência de água, novo barragem, dessalinização, reuso de água, etc.), para as quais já é tempo de continuar / começar a demonstrá-las.</p> <p><i>Nota: Excerto que sintetiza o contributo</i></p>		
Tipologia	Sugestão	
Abrangência		
Forma de participação	PARTICIPA	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Propõem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a dessalinização de água do mar e reutilização de salmoura residual na produção de sal;</li> <li>• o tratamento avançado de águas residuais (doméstico, agroalimentar, como "água ruça" - águas residuais de lagares de azeite, etc.) para a remoção de poluentes tradicionais e emergentes e reciclagem de águas residuais para irrigação agrícola;</li> <li>• centro educativo incluindo laboratório para testes de qualidade da água e segurança alimentar e a monitoração de contaminantes tradicionais e emergentes;</li> <li>• uma produção agri-aquacultura de peixe, ervas/legumes e composto.</li> </ul>		
<b>Análise</b>		
O projeto afigura-se relevante no contexto das QGIGA 18 (Escassez da água) e 27 (Seca).		
<b>Integração</b>		
As ações identificadas serão devidamente analisadas, no sentido de avaliar a pertinência de poderem vir a enquadrar-se nas medidas a definir numa fase posterior.		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<p>Propõem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o uso de energias renováveis (solar, eólica, biogás/bioH2),</li> </ul>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Município de Loulé - Unidade Operacional de Adaptação às Alterações Climáticas</b>	
Tipo	Administração local	
<b>Contributo</b>		
<p><b>Âmbito</b></p> <p>Em cumprimento com a <b>Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé (EMAAC de Loulé)</b>, o município tem como imperativo, sempre que possível, aumentar o conhecimento e apoiar, participar, sensibilizar e divulgar todos os momentos de consulta pública relacionados com a Ação Climática. Esta análise diz respeito à presente fase da elaboração do 3.º ciclo de planeamento (2022-2027) do <b>Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – Ribeiros do Algarve (RH8)</b> que corresponde à segunda das suas três fases de participação pública, a referente às <b>Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA)</b>. A elaboração e a revisão dos PGRH é uma competência da <b>Agência Portuguesa do Ambiente (APA)</b>, encontrando-se a documentação associada a este processo disponível tanto <a href="#">no seu sítio na internet</a> como no do portal <a href="#">Participa</a>. Assim, no âmbito das competências do Município de Loulé e com o objetivo de identificar questões que se entendam como fundamentais e que devam ser integradas neste plano, vem esta entidade expor abaixo as suas considerações e contributos (ao cumprimento dos objetivos do Plano), alinhados com a Política Municipal de Ação Climática de Loulé.</p> <p>Cumpra ainda informar que a sessão de participação pública referente às QSiGA, inserida no âmbito do 3.º ciclo de planeamento (2022-2027) do PGRH-RH8, teve lugar no passado dia 10 de julho e realizou-se de forma não-presencial, por videoconferência, tendo sido acompanhada pelo técnico Horácio Carvalho.</p> <p><b>Enquadramento</b></p> <p>Este 3.º ciclo de planeamento do PGRH-RH8 sucede a dois anteriores e que vigoraram igualmente por períodos de seis anos, designadamente os compreendidos entre 2010-2015 e 2016-2021. Ainda à semelhança dos que lhe antecederam, o ciclo do PGRH-RH8 agora em elaboração compreenderá três fases de participação pública com uma duração de seis meses cada. São estas <b>i)</b> a definição e a disponibilização do Calendário e Programa de Trabalhos; <b>ii)</b> a síntese e a disponibilização dos relatórios referentes às QSiGA; e <b>iii)</b> a elaboração e a disponibilização de uma versão provisória do PGRH. Note-se que, a título excecional e por motivo da pandemia de COVID-19 que vivemos, o período de participação pública na análise e debate das QSiGA foi prorrogado até 15 de setembro de 2020.</p> <p><b>Considerações</b></p> <p>De forma sucinta e tal como definidas no relatório das QSiGA deste PGRH-RH8, as QSiGA podem ser entendidas como <i>“as pressões decorrentes das ações antrópicas sobre as massas de água, os impactes resultantes dessas ações e os aspetos de ordem normativa, organizacional, económica, ou outros, que dificultem ou coloquem em causa o cumprimento dos objetivos da Diretiva-Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE, doravante DQA) ou da Lei da Água (Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, doravante LA)”</i>.</p> <p>Estando na presença de um instrumento de planeamento com mais de uma década e que atravessa a sua segunda revisão, é natural que os problemas e os desafios identificados como podendo comprometer o desejado bom estado das massas de água também decorram da experiência e das evidências saídas dos anteriores ciclos deste plano. Como tal, as QSiGA identificadas e apresentadas decorrem da análise feita ao 2.º ciclo de planeamento do PGRH-RH8, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Às QSiGA identificadas em 2014, aquando da 2.ª fase desse 2.º ciclo de planeamento;</li> <li>• À versão final desse PGRH-RH8, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;</li> <li>• À avaliação intercalar feita em 2018 ao programa de medidas do 2.º ciclo de planeamento do PGRH-RH8.</li> </ul> <p>Quanto à natureza das pressões identificadas, o documento classifica-as segundo quatro tipologias:</p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualitativas, pontuais ou difusas;</li> <li>• Quantitativas, as referentes à extração de água para os mais diversos fins; ☐ Hidromorfológicas; ☐ Biológicas.</li> </ul> <p>O processo de seleção daquelas que irão ser as QSiGA nesta versão do PGRH-RH8 parte de um conjunto de <u>35 potenciais questões</u>, sistematizadas segundo sete áreas temáticas – <i>Governança; Qualidade da Água; Quantidade de Água; Biodiversidade; Gestão de Riscos; Quadro Económico e Financeiro; Comunicação e Sensibilização</i> – e que se pretende sejam representativas de todos os problemas identificados nas oito regiões hidrográficas de Portugal Continental.</p> <p>Estas poderão ser <b>i)</b> questões que transitam do 2.º ciclo de planeamento, ainda que reestruturadas; <b>ii)</b> questões que, após terem estado ausentes deste, se entendeu recuperar do 1.º ciclo de planeamento; e <b>iii)</b> questões inteiramente novas e que não integraram os anteriores ciclos de planeamento.</p> <p>De entre estas 35 potenciais questões, pela sua relevância para a estratégia municipal do Município de Loulé no tocante à gestão sustentável dos recursos hídricos, <u>salientaríamos a problemática das secas</u> (questão n.º 27), ausente enquanto QSiGA dos dois anteriores ciclos de planeamento do PGRH-RH8 e considerada neste ciclo enquanto potencial questão sob a área temática <i>Gestão de Riscos</i>; e a <u>questão das ineficiências no uso da água</u>, já presente enquanto QSiGA no anterior ciclo de planeamento mas desdobrada em duas vertentes – a dos setores <u>urbano, turístico e industrial</u> (questão n.º 32) e a dos setores <u>agrícola e pecuário</u> (questão n.º 33) – enquanto potenciais questões no presente ciclo, sob a área temática <i>Quadro Económico e Financeiro</i>.</p> <p>As 35 potenciais questões anteriores foram então analisadas segundo uma metodologia para, em cada região hidrográfica, identificar aquelas “<i>suficientemente relevantes para serem consideradas significativas</i>”.</p> <p>A metodologia adotada rege-se pelos critérios que se reproduzem de seguida:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os objetivos da legislação nacional e comunitária no domínio da água, em particular os objetivos ambientais da DQA;</li> <li>• As principais pressões sobre as massas de água;</li> <li>• O conhecimento existente sobre o estado das massas de água;</li> <li>• As medidas definidas no âmbito dos ciclos anteriores de planeamento, implementadas ou em curso.</li> </ul> <p>Da aplicação destes critérios, por meio da metodologia descrita no <i>Anexo II –Metodologia</i> do documento, resultou a identificação de <u>18 QSiGA</u>, pouco mais de metade das 35 potenciais questões em apreciação.</p> <p>De entre as potenciais questões que caíram durante este processo, destacaríamos a anteriormente referida <u>ineficiências no uso da água nos setores urbano, turístico e industrial</u>. De seguida, reproduz-se uma tabela contida na página 41 do relatório que sintetiza quais das potenciais questões foram consideradas significativas.</p> <p><b>Tabela 1.</b> Potenciais questões e QSiGA identificadas para a RH8</p>		

RH8		Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve		Ciclo de Planeamento 2022-2027	
Nº	ÁREA TEMÁTICA	Questões			RH
1	1 - Governança	Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente			0
2		Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente			1
3		Recursos humanos especializados e meios logísticos insuficientes			1
4		Insuficiente integração setorial da temática da água			1
5		Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água			1
6		Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das descargas de águas residuais			0
7	2 - Qualidade da água	Degradação da qualidade da água afluente de Espanha			0
8		Agravamento da qualidade da água devido aos sedimentos (arrastamento e suspensão)			0
9		Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos			1
10		Contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas			1
11		Poluição orgânica e nutrientes das águas superficiais			0
12		Poluição química das águas superficiais			0
13	3 - Quantidade de água	Poluição microbiológica das águas superficiais			1
14		Diminuição dos caudais afluentes de Espanha			0
15		Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos			0
16		Alterações do regime de escoamento			0
17		Alterações da interação água subterrânea/água superficial			0
18		Escassez de água			1
19	4 - Biodiversidade	Sobre-exploração de aquíferos			1
20		Intrusão salina nas águas superficiais			0
21		Intrusão nas águas subterrâneas (salina e outras origens)			0
22		Alteração das comunidades da fauna e da flora			0
23		Destruição/fragmentação de habitats			1
24		Aumento de ocorrências de espécies invasoras			1
25	5 - Gestão de riscos	Alterações da dinâmica sedimentar na bacia (erosão e assoreamentos)			0
26		Degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar)			1
27		Secas			1
28		Inundações			1
29		Contaminação radioativa			0
30		6 - Quadro económico e financeiro	Insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços da água no setor urbano		
31	Insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços da água no setor agrícola				1
32	Ineficiências no uso da água (setores urbano, turístico e industrial)				0
33	Ineficiências no uso da água (setores agrícola e pecuário)				1
34	7 - Comunicação e sensibilização	Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública			1
35		Insuficiente sistematização e disponibilização de informação, pelos diferentes setores, relativa às utilizações da água			1
		Total			18

Diz o relatório o seguinte: “Para avaliação das ineficiências no uso da água no setor urbano, consideraram-se especialmente relevantes as perdas físicas nos sistemas de abastecimento em baixa, tendo sido apurada a percentagem de 'perdas reais de água' em função da 'água entrada no sistema' (com base nos dados da ERSAR disponíveis por entidade gestora). O valor de cada região hidrográfica foi então comparado com o valor obtido a nível de Portugal continental (considerada QSiGA se igual ou superior a este)”.

Algumas considerações relativamente a esta exclusão e ao critério que a ela presidiu:

O critério é explicado de forma clara mas não é crítico da realidade nacional no que toca a este valor do rácio entre 'perdas reais de água' e 'água entrada no sistema'. Poderia ter sido ponderada a necessidade de baixar este valor a nível nacional, o que motivaria que estas ineficiências pudessem ser consideradas QSiGA em muitas das regiões hidrográficas de Portugal Continental.

Por outro lado, ainda que o valor observado para a RH8 não destoe dos observados no panorama nacional, trata-se de uma região hidrográfica particularmente fustigada por períodos de seca progressivamente mais recorrentes e prolongados, com um impacte direto nas disponibilidades de água na região e nas perspetivas da sua evolução. Face a este cenário de escassez de água que tende a agravar-se, a importância de gerir a disponibilidade deste recurso de uma forma responsável e sustentável deveria crescer na mesma proporção. Para esta região hidrográfica, o valor apurado para as perdas reais de água nos sistemas de abastecimento em baixa foi de 20%, sendo o valor apurado para a globalidade de Portugal Continental de 22% (página 53).

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Atendendo à reconhecida incerteza associada à determinação destas perdas reais e à proximidade entre o valor observado para a região e o valor tido como ‘de corte’, poderia ter-se optado pela aplicação de um ‘princípio da precaução’ (a que o documento, inclusive, alude na sua página 63 enquanto uma das “<i>principais orientações no que diz respeito aos recursos hídricos</i>”), caso em que, com certeza, se determinaria a manutenção desta questão enquanto significativa.</p> <p><u>Mas ao critério escolhido pode ainda apontar-se a crítica de ter ignorado uma outra componente importante destas ineficiências no uso da água: a das ‘perdas aparentes de água’ nos sistemas de abastecimento em baixa.</u> Esta componente, que se prende em muitos casos com usos autorizados mas não-faturados, pelo que frequentemente também não contabilizados, é especialmente perniciosa por contribuir para a incerteza a que aludimos anteriormente como estando associada à determinação das perdas reais de água. Mais, se a resolução destas últimas é reconhecidamente mais onerosa pelo investimento financeiro associado às intervenções nas infraestruturas de distribuição necessárias, a resolução das primeiras não envolveria investimentos tão avultados e parece, portanto, mais exequível, incidindo maioritariamente no reforço e na reabilitação dos parques de contadores e na reflexão sobre algumas práticas tarifárias.</p> <p>Pouco antes no documento, a APA, quando reflete sobre as questões das ineficiências no uso da água e do insuficiente nível de recuperação dos custos dos serviços a si associados, reconhece este problema e a importância de se lhe fazer face quando diz “<i>no setor urbano, e apesar dos investimentos realizados nos últimos anos, continuam a registar-se volumes significativos de água perdidos nas redes de abastecimento (perdas reais e aparentes), pelo que se torna premente continuar a implementar sistemas de controlo e redução de perdas de água para contrariar esta tendência. Tecnicamente, algumas perdas reais são inevitáveis, sendo objetivo a limitação das mesmas a um nível mínimo</i>”.</p> <p>Poderá dizer-se que, pelo facto de uma determinada questão como a destas ineficiências no uso da água nos setores urbano, turístico e industrial não ter sido considerada suficientemente relevante para merecer o estatuto de significativa, tal não significa que não venha a merecer a atenção e os recursos necessários à sua resolução. Ainda assim, o relatório percorre algumas das medidas que já vêm sendo tomadas na região – tais como “<i>ao nível da aposta no aumento da eficiência hídrica, em especial na redução das perdas de água, por vezes muito significativas, nos sistemas de abastecimento e distribuição [...], na integração de práticas da economia circular e na realização de campanhas de sensibilização e de promoção do uso eficiente da água</i>” – mas não se compromete com o seu reforço ou com a implementação de novas medidas.</p> <p>Esta potencial questão pertence a um grupo restrito (o das sob a área temática <i>Quadro Económico e Financeiro</i>) que, ainda assim, mereceu uma explicação razoavelmente detalhada ao longo do corpo do relatório quanto ao modo como iria ser avaliada e quais os critérios para essa avaliação. Outras questões sob outras áreas temáticas não mereceram o mesmo cuidado. Relativamente às sob a área temática <i>Governança</i>, apenas é dito a sua classificação ter sido “<i>baseada na experiência dos serviços da APA, tendo-se considerado que estas questões são transversais ao seu funcionamento</i>”. Quanto à avaliação das questões sob as quatro áreas temáticas <i>Qualidade da Água, Quantidade de Água, Biodiversidade e Gestão de Riscos</i>, é dito pressupor “<i>o conhecimento adquirido através dos anteriores PGRH sobre as pressões e estado das massas de água, assim como dos trabalhos de preparação do 3.º ciclo e, também, das tarefas realizadas na gestão da água</i>”. Ambas as potenciais questões sob a área temática <i>Comunicação e Sensibilização</i> foram consideradas significativas pois “<i>existe a perceção do trabalho que ainda é necessário desenvolver nestas áreas a nível de Portugal Continental</i>”.</p> <p>O <i>Anexo II – Metodologia</i> do documento apresenta com maior detalhe os critérios segundo os quais as potenciais questões foram apreciadas com vista ao apuramento da sua suficiente relevância para serem consideradas significativas. Foram definidos um conjunto de <u>47 critérios</u> – nem todos aplicáveis a todas as potenciais questões – apreciados segundo dois níveis de ponderação, <u>1 ou 0</u>. Em muitos casos, estes níveis correspondem a um ‘sim’ ou a um ‘não’, enquanto que noutros ao atingir ou não de um determinado limiar.</p> <p>Atendendo à potencial questão que mais estranheza nos causou por não ter sido considerada significativa, é dito ter sido apreciada segundo dez destes critérios e que teria sido considerada significativa caso verificasse cinco deles. Considerou-se verificar apenas quatro pelo que tal não aconteceu.</p> <p><b>Tabela 2.</b> Critérios e ponderação da questão significativa ‘ineficiências no uso da água nos setores urbano, turístico e industrial’</p>		

<b>RH8</b>	<b>Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve</b>	<b>Ciclo de Planeamento 2022-2027</b>
------------	---	---------------------------------------

<b>N.º</b>	<b>Descrição do Critério</b>	<b>Ponderação</b>
1	Esta questão pode contribuir para não serem atingidos os objetivos ambientais da DQA?	0 (Não)
7	Em que percentagem do número de massas de água da região hidrográfica esta questão se manifesta?	0 (< 30%)
8	Os efeitos desta questão nas massas de água são persistentes e potencialmente cumulativos?	0 (Não)
9	As medidas em curso ou já implementadas no âmbito do PGRH para reduzir ou eliminar esta questão são insuficientes para que os objetivos ambientais da DQA sejam atingidos em 2027?	1 (Sim)
10	Os potenciais custos económicos de não eliminar a questão são elevados?	0 (Não)
11	O desenvolvimento urbano e turístico previsto para a região hidrográfica pode agravar esta questão até 2027?	1 (Sim)

13	O desenvolvimento industrial e energético previsto para a região hidrográfica pode agravar esta questão até 2027?	0 (Não)
14	Esta questão pode conduzir a uma diminuição dos serviços de ecossistemas?	0 (Não)
16	Esta questão pode colocar em causa os usos da água?	1 (Sim)
17	Esta questão pode agravar-se devido aos efeitos das alterações climáticas?	1 (Sim)
		<b>4 (Total)</b>

A principal estranheza sentida reside no facto de se ter considerado que a não-eliminação das ineficiências no uso da água nos setores urbano, turístico e industrial, com perdas reais de água estimadas como se situando nuns 20%, não representa um elevado potencial custo económico (critério n.º 10). Bastaria que este critério fosse entendido de outra forma para que esta reunisse as condições para poder ser considerada significativa.

Mas os usos ineficientes da água não foram apenas duas das questões que durante este processo se avaliaram no que respeita à sua relevância, foram também um dos 47 critérios segundo os quais essa avaliação foi feita. Designadamente, o critério n.º 15, “Esta questão está relacionada com um uso ineficiente da água em algum ou em vários dos setores de atividade?”. Estranhámos o facto de este critério não ter presidido à apreciação destas duas questões, mas também de questões como os insuficientes níveis de recuperação de custos dos serviços de águas nos setores urbano (questão n.º 30) e agrícola (questão n.º 31), sendo que apenas a última destas duas foi considerada significativa.

Ainda que o nível de recuperação de custos dos serviços de águas no setor urbano seja marginalmente excedentário (101%, página 52), e sê-lo-á enquanto for possível ajustar os tarifários de modo a permitir obter receitas superiores aos custos de exploração, existem importantes receitas económicas que se encontram a ser desperdiçadas através de erros de medição dos instrumentos, erros introduzidos pela idade e pelo inevitável desgaste das componentes dos mesmos. Nestas situações de medição ineficiente, para além da perda económica, existe uma perda de volume não-contabilizado que é associado às perdas reais.

Quanto à potencial questão n.º 16, alterações do regime de escoamento, vemo-la como indissociável da potencial questão n.º 18, escassez, sendo que apenas esta última foi considerada significativa. Reconhecendo que a disponibilidade de água é afetada quer por uma redução da precipitação que se tem vindo a agravar, quer por um aumento do consumo de água *per capita*, deveria ser tida em conta a forma cada vez mais concentrada no tempo e intensa que caracteriza a precipitação na região sendo que os sistemas de recarga de aquíferos não estão adaptados a esta nova dinâmica, com impactes na disponibilidade do recurso.



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Tecidas as devidas considerações relativamente às potenciais questões caídas enquanto não consideradas significativas, abordaríamos a <b>QSiGA n.º 27, Secas</b>.</p> <p>Ainda que o presente momento da revisão do PGRH-RH8 verse apenas sobre as questões significativas da gestão da água, o relatório deixa já algumas indicações quanto aquelas que poderão ser as orientações do documento final a esse respeito. Na sua página 75 e para esta QSiGA, diz o documento serem essas orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração dos Planos de Gestão de Secas (PGS);</li> <li>• Avaliação do impacte das alterações climáticas;</li> <li>• Promoção de estudos de caracterização dos fenómenos de seca os seus impactes, identificando as zonas de maior risco, tendo em conta as últimas décadas;</li> <li>• Reforço da fiscalidade verde para incrementar a eficiência hídrica;</li> <li>• Promoção da resiliência dos sistemas de abastecimento de água;</li> <li>• Promoção da utilização de origens alternativas de água, nomeadamente a reutilização de água residual tratada.</li> </ul> <p>Na página 72 do seu <i>Anexo IV – Fichas de Questão</i>, são descritas as entidades com competências para a elaboração e a implementação das ações a ser postas em prática com o objetivo de lidar com esta problemática, onde se pode ver ser a intenção da APA assegurar ela mesma a elaboração dos <i>Planos de Contingência de Seca</i>, cabendo aos municípios da região a sua posterior implementação.</p> <p>O Município de Loulé encontra-se na fase final da elaboração do seu <i>Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca</i> (PMCPs), cujos trabalhos decorrem há mais de dois anos e de onde retirámos uma experiência que nos leva a dizer que <u>o desejado sucesso e o necessário grau de operacionalidade destes planos obriga a que a sua elaboração seja feita pelos mesmos agentes que os irão implementar</u> – o que, para esta região hidrográfica, significa esmagadoramente os municípios enquanto entidades responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água em baixa.</p> <p>De entre os maiores desafios à elaboração destes planos contam-se a necessidade de um profundo conhecimento <b>i)</b> das características das infraestruturas físicas de distribuição de água; <b>ii)</b> da capacidade das entidades gestoras para atuarem sobre as mesmas de modo a poderem alterar as pressões de serviço e os regimes horários de abastecimento; e <b>iii)</b> das naturezas e das dimensões dos usos próprios de água – primeiro setor a condicionar em caso de escassez de água, tanto pelo caráter pedagógico de uma tal atuação, como pelo adiar o mais possível de constrangimentos à população.</p> <p>Uma elaboração centralizada destes planos para a região conduziria, quase seguramente, a instrumentos indicativos das taxas de redução dos consumos de água mas ambíguo quanto à forma como estas reduções se deveriam atingir, sendo que a sua aplicabilidade a um universo de realidades tão diverso merece reflexão. De resto, o papel das câmaras municipais parece demasiado aligeirado enquanto agentes das ações previstas neste <i>Anexo IV – Fichas de Questão</i>. Para além do referido para a <b>QSiGA n.º 27, Secas</b>, apenas são mencionadas a propósito da <b>QSiGA n.º 26, Degradação de Zonas Costeiras (Erosão, Alterações Hidromorfológicas, Dinâmica Sedimentar)</b>, enquanto intervenientes na “<i>avaliação e gestão territorial</i>”, e da <b>QSiGA n.º 28, Inundações</b>, maioritariamente em papéis passivos como os da “<i>aplicação do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)</i>”, da “<i>implementação de medidas preventivas no âmbito do planeamento e gestão territorial</i>” ou da “<i>integração dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRi) nos instrumentos de gestão territorial</i>”, ou reativos como na “<i>gestão dos episódios de cheias em articulação com a APA e ANEPC</i>”.</p> <p>Uma alusão para a ausência de referências à <b>Comunidade Intermunicipal do Algarve (CIAMAL)</b> enquanto agente de quaisquer das medidas antecipadas ou mesmo interlocutor privilegiado no diálogo com e entre os municípios. Também causa estranheza a omissão do por si encomendado <i>Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve</i> (PIAAC-AMAL) dada a relevância da caracterização neste feita e dos caminhos de adaptação que traça em matérias tão pertinentes como 'disponibilidade hídrica' ou 'temperaturas elevadas'. O <i>Anexo III – Estratégias, Planos e Programas</i> do relatório elenca um vasto leque de instrumentos de planeamento – designadamente, planos, estratégias e programas nacionais e emanados da União Europeia – pelo que saudaríamos poder ver este instrumento dinamizado pela CI-AMAL ser reconhecido e considerado numa fase posterior deste 3.º ciclo de planeamento do PGRH-RH8.</p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Uma questão relevante e que poderia ser considerada nos PGRH das RH8 e RH7 é a <u>possibilidade de uma interligação das mesmas</u>. No caso da região do Algarve, tem sido avançada e discutida, ainda que superficialmente, a possibilidade de uma ligação que permitisse um aproveitamento da água do Rio Guadiana para o enchimento das barragens do Sotavento.</p>		
Tipologia	Geral	
Abrangência		
Forma de participação	PARTICIPA	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Salientam a problemática das secas, a questão das ineficiências no uso da água (setores urbano, turístico e industrial e setores agrícola e pecuário), pela sua relevância para a estratégia municipal no tocante à gestão sustentável dos recursos hídricos, e o insuficiente nível de recuperação de custo dos serviços da água.</p> <p>Destacam 18 QSiGA, como as mais significativas, tendo por base uma metodologia assente em 4 critérios mais gerais - objetivos da legislação nacional e comunitária, principais pressões sobre as massas de água, conhecimento existente sobre o estado das massas de água e medidas definidas no âmbito dos ciclos anteriores de planeamento – e são apresentados os motivos da proposta de exclusão das restantes.</p> <p>Propõe ainda a possibilidade de uma interligação entre a RH8 e a RH7, na perspetiva de uma eventual ligação que permitisse o aproveitamento da água do rio Guadiana para o enchimento das barragens do sotavento.</p>		
<b>Análise</b>		
<p>A preocupação com a questão da ineficiência no uso da água nos setores urbano, turístico e industrial está salvaguardada nas QSiGA 18 (Escassez da água) e 27 (Secas), para as quais estão definidas orientações para o PGRH relacionadas com a reabilitação das redes de distribuição da água, a promoção da resiliência dos sistemas de abastecimento da água e o incremento dos mecanismos de controlo, acompanhamento e fiscalização no setor urbano, entre outros.</p> <p>A QSiGA 30 (insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços da água no setor urbano) não foi considerada uma questão significativa nesta RH, tendo em conta os critérios que estão na base da sua avaliação previamente definidos, destacando-se que o NRC total das entidades gestoras dos serviços urbanos de águas (101%) foi considerado suficiente.</p> <p>A possibilidade de uma interligação entre a RH8 e a RH7 já é uma realidade no contexto atual, embora possa não constar de forma muito explícita nos documentos sujeitos à participação pública.</p>		
<b>Integração</b>		
<p>As ações relativas à ineficiência do uso da água no setor urbano merecerão o devido destaque na definição das medidas associadas às QSiGA 18 e 27, enquadrando-se nas orientações definidas para o PGRH (2022-2027).</p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Nas fases seguintes será dada continuidade à articulação entre a RH7 e RH8, a refletir nos documentos a produzir.</p>		
<p><b>Outras questões gerais identificadas</b></p>		
<p>Ausência de referências à <b>Comunidade Intermunicipal do Algarve (CIAMAL)</b>, enquanto agente de quaisquer das medidas antecipadas ou mesmo interlocutor privilegiado no diálogo com e entre os municípios.</p>		
<p><b>Análise</b></p>		
<p>O CRH não integra a representação da CIAMAL conforme o estabelecido pela a portaria 37/2015, de 17 de Fevereiro.</p>		
<p><b>Integração</b></p>		
<p>É inequívoco envolver esta entidade na fases seguintes do trabalho no âmbito da elaboração do PGRH (2022-2027). A CIAMAL, tal como todas as entidades com interesse no setor da água, é convidada a participar no processo de PP da versão provisória do PGRH.</p>		
<p><b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b></p>		
<p></p>		
<p><b>Comentários/ Observações</b></p>		
<p></p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Cláudia Monteiro</b>	
Tipo	A título individual	
<b>Contributo</b>		
O relatório, no seu "Quadro 4.2 - Identificação dos principais objetivos das Estratégias/Planos/Programas regionais e locais e respetivos setores influenciados" não integra a estratégia apresentada hoje pelo MAAC designada por "Plano Regional de eficiência hídrica".		
Tipologia	Reclamação	
Abrangência	Dentro do Âmbito	
Forma de participação	PARTICIPA	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
O Quadro 4.2 - Identificação dos principais objetivos das Estratégias/Planos/Programas regionais e locais e respetivos setores influenciados" não integra a estratégia apresentada pelo MAAC designada por "Plano Regional de eficiência hídrica".		
<b>Análise</b>		
Não é feita referência ao Plano Regional de Eficiência Hídrica no Quadro 4.2, porque a sua apresentação ocorreu em data posterior ao início do processo de consulta pública das QSiGA.		
<b>Integração</b>		
O Plano Regional de Eficiência Hídrica terá o devido enquadramento no PGRH (2022-2027).		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Paulo Pinheiro</b>	
Tipo	A título individual	
<b>Contributo</b>		
<p>As espécies exóticas existentes nas águas costeiras e de transição na RH8 foram essencialmente introduzidas pela prática da aquacultura. De todas as espécies registadas, a que suscita maior preocupação é a amêijoa – japonesa (<i>Ruditapes philipinarum</i>). Embora a sua dispersão nos sistemas lagunares e estuarinos seja apenas vestigial, esta preocupação resulta da sua proliferação massiva nos estuários do Tejo e do Sado e que poderá ocorrer no Algarve, com prejuízo para a produção de amêijoa boa (<i>Ruditapes decussatus</i>). A <i>Crassostrea gigas</i> terá sido introduzida há algum tempo em Portugal, após a doença das branquias que causou a mortalidade de quase toda a população da <i>Crassostrea angulata</i>. Ambas são muito semelhantes, não se distinguindo a olho nu, apenas por confirmação genética. Esta espécie não constitui um problema. A <i>Artemia franciscana</i> é a espécie de zooplâncton que se usa, em larga escala, como alimento nas fases de peixes marinhos produzidos em aquacultura. Existe na cadeia trófica da região há anos sem desequilíbrios notórios. O camarão <i>Penaeus japonicus</i> foi igualmente introduzido na aquacultura. O seu valor como produto de consumo é tão elevado e a pressão da pesca tão significativa que nunca constituirá uma ameaça em termos de competição com outras espécies.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Colocar designação científica em itálico</li> <li>• 6 espécies invasoras de peixes em ambientes lênticos e lóticos (Pimpão; Gambúsia; Perca-sol e Achigã);</li> <li>• O crustáceo Lagostim-vermelho-da-Lousiana e a Amêijoa-asiática;</li> <li>• Cana, Pinheirinho-de-água, Falso-papiro e, recentemente, a Azola;</li> <li>• Nas galerias ripícolas de áreas florestais (e.g. Monchique, Silves, Lagos), salienta-se a presença de <i>Acácia-de-espigas</i>, que se reproduz por via seminal produzindo muitas sementes, que permanecem viáveis no solo durante muitos anos, sendo a germinação estimulada pelo fogo.</li> <li>• Colocar designação científica em latim</li> <li>• <i>Acácia-de-espigas</i></li> </ul> <p><u>Peixes:</u> 6 espécies invasoras de peixes em ambientes lênticos e lóticos (Pimpão - <i>Carassius auratus</i>; Carpa - <i>Cyprinus carpio</i>; Gambúsia - <i>Gambusia holbrooki</i>; Chanchito - <i>Herichthys facetum</i>; Perca-sol - <i>Lepomis gibbosus</i>; Achigã - <i>Micropterus salmoides</i>).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituir <i>Herichthys facetum</i> por <i>Australoheros facetus</i></li> </ul> <p style="text-align: center;">Figura 1 – Distribuição de canas (<i>Arundo donax</i>) no Algarve</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Colocar designação científica em itálico</li> </ul> <p>O Fundulo (<i>Fundulus heteroclitus</i>) é uma espécie que habita as zonas intertidais, principalmente em sapais, podendo igualmente ocorrer em água doce. É atualmente uma espécie invasora sendo responsável pelo declínio de espécies nativas. Segundo a <i>Carta Piscícola Nacional</i>, ocorre no estuário do Guadiana (RH7), pelo que poderá vir a ocorrer também na RH8.</p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>A Carta Piscícola Nacional foi descontinuada, será, no futuro, substituída por uma outra plataforma que o ICNF está a desenvolver no âmbito do Livro Vermelho dos Peixes. Contudo, poderá ser efetuada a referência para a Carta Piscícola Espanhola, que também refere a presença deste taxon para o estuário do Guadiana.</p>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	E-mail	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Todas as questões identificadas no contributo.</p>		
<b>Análise</b>		
<p>Foram identificadas e corrigidas as incorreções detetadas.</p>		
<b>Integração</b>		
<p>Integrado.</p>		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	Paulo Pinheiro	
Tipo	A título individual	
<b>Contributo</b>		
Correções nas espécies exóticas.		
<p>6 espécies invasoras de peixes em ambientes lênticos e lóticos (Pimpão - <i>Carassius auratus</i>; Carpa - <i>Cyprinus carpio</i>; Gambúsia - <i>Gambusia holbrooki</i>; Chanchito - <i>Herichthys facetum</i>; Perca-sol - <i>Lepomis gibbosus</i>; Achigã - <i>Micropterus salmoides</i>).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O nome científico atual desta espécie é <i>Australoherus facetus</i></li> </ul>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	E-mail	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
Todas as questões identificadas no contributo.		
<b>Análise</b>		
Foram identificadas e corrigidas as incorreções detetadas (ficha da QSIGA 24).		
<b>Integração</b>		
Integrado.		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSIGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

<b>RH8</b>	<b>Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve</b>	<b>Ciclo de Planeamento 2022-2027</b>



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>APA - Associação Portuguesa de Aquacultores</b>	
Tipo	Associações profissionais	
<b>Contributo</b>		
<p>A participação desta Associação na discussão pública das QSIGA da RH8 prende-se apenas com duas QSIGAs da área temática 1 e 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <b>Área temática 1 – Governança</b> <p>Nesta área temática na QSIGA 6 deverá constar um ponto em que seja obrigatório as APA/ARHs reportarem publicamente os dados da monitorização efetuada nas diferentes bacias hidrográficas, com especial foco nos coliformes fecais, CBO<sub>5</sub>, CQO/COT, azoto total, fósforo total e sólidos suspensos totais. Estes dados deverão ficar disponibilizados no site do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH) de forma clara e de fácil consulta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <b>Área temática 2 – Qualidade da água</b> <p>Na QSIGA 13, “<i>poluição microbiológica das águas superficiais</i>”, não conseguimos perceber com é que a aquacultura aparece como um dos sectores responsáveis pela contaminação microbiológica das massas de água costeiras, previsto no quadro do ponto 2 (pág. 30 do Anexo IV do relatório). Estamos em crer que se trata de um lapso até porque no ponto 3 no primeiro parágrafo da página 32 do mesmo documento, a aquacultura já não vem referida como fonte de poluição difusa. O mesmo acontece no documento Resumo não técnico na página 20. Desta forma, a aquacultura deverá ser retirada daquele quadro como fonte de poluição difusa.</p> <p>Também não conseguimos perceber como no parágrafo seguinte se indica que a massa de água na ria Formosa “<i>apresenta índices de contaminação fecal significativamente mais baixos do que em anos anteriores</i>”, quando na realidade a classificação microbiológica das zonas de produção de bivalves tem vindo a decrescer na última década.</p> <p>Partindo do princípio que as ETARs Faro/Olhão e Portimão estarão a funcionar sem problemas (a de Portimão não deverá estar pois em Fevereiro existiu uma descarga no ria Arade em frente à Capitania, conforme denúncia desta Associação), esta QSIGA deverá ter especial atenção na identificação e anulação dos pontos de ligação de esgotos não tratados à rede pluvial e ainda na anulação dos vários focos de poluição difusa existentes ao longo desta RH.</p> </li> </ul> </li> </ul>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	E-mail	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiras do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Propõem alterações nas áreas temáticas “Governança” e “Qualidade da Água”.</p> <p>Na área temática “Governança” sugerem a obrigatoriedade da APA/ARHs reportarem publicamente os dados da monitorização efetuada nas diferentes bacias hidrográficas, os quais deverão ficar disponibilizados no site do SNIRH.</p> <p>Na área temática “Qualidade da Água”, e no âmbito da QSIGA 13, discordam do facto da aquacultura aparecer como um dos setores responsáveis pela contaminação microbiológica das massas de água costeira, bem como da afirmação de que a massa de água na ria Formosa apresenta índices de contaminação fecal mais baixos do que anos anteriores, e sugerem particular atenção na identificação e anulação dos pontos de ligação de esgotos não tratados à rede pluvial e ainda na anulação dos vários focos de poluição difusa existentes ao longo desta RH.</p>		
<b>Análise</b>		
<p>Para a área temática 1 é referir que a QSIGA 6 não faz parte da lista de QSIGA selecionadas para a RH8, no entanto é de referir que os dados relativos à monitorização das ETAR &gt;100.000 ep são disponibilizados ao público no âmbito do PRTR (Registo de Emissões e Transferência de Poluentes).</p> <p>Relativamente à QSIGA 13, verificou-se que a referência do setor aquicultura como responsável pelo impacte na poluição microbiológica nas massas de água costeira é um lapso (Quadro 2, da pág. 30, Anexo IV do Relatório). De facto é a contaminação microbiológica que tem impacto na aquicultura.</p> <p>A classificação microbiológica das zonas de produção de bivalves é efetuada com base nas análises dos bivalves e não da água, sendo que esses bivalves podem estar sujeitos a pressões difusas, para além das pressões pontuais relativas às descargas das águas residuais urbanas.</p> <p>Cabe ainda referir que os vários focos de poluição difusa associados à rede pluvial, com repercussão nas zonas de produção de bivalves, estão identificados e caracterizados por parte desta ARH em colaboração com as entidades com competência nesta matéria.</p>		
<b>Integração</b>		
<p>Considera-se que os principais aspetos evidenciados neste contributo estão salvaguardados no Relatório das QSIGA, sendo que o desenvolvimento dos mesmos será assegurado nas fases seguintes do PGRH (2022-2027).</p>		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Anónimo</b>	
Tipo	Não aplicável	
<b>Contributo</b>		
<p><b>Quais os outros problemas/QSiGA que deveriam ter sido identificados e porquê?</b></p> <p>Área temática 1 - Governança</p> <p>2-Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente</p> <p>3-Recursos humanos especializados e meios logísticos insuficientes</p> <p>4-Insuficiente integração setorial da temática da água</p> <p>5-Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água</p> <p>6-Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das descargas de águas residuais</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência da avaliação do impacto dos instrumentos (POC, POA, ...) que existem para uma melhor gestão da água;</li> <li>- Ausência de carácter vinculativo e prioritário dos instrumentos de gestão de água para qualquer sector, a qualquer outro instrumento legal/planos/programas;</li> <li>- Ausência de vontade política para considerar os Recursos Hídricos como prioritários;</li> <li>- Insuficiente articulação transversal dos vários sectores envolvidos e interessados no consumo de água; ou - Insuficiente articulação/integração transversal dos vários instrumentos e entidades decisoras sobre a temática da água</li> <li>- Ausência de uma definição da Capacidade de Carga do território, onde se defina os limites das atividades económicas e sociais quer no que diz respeito a consumo de água quer no que diz respeito a alteração e impermeabilização de solos;</li> <li>- Ausência de medidas para garantir o limiar de 60-70% de extração de água para reduzir os riscos e garantir um nível hidrológico “de conforto”;</li> <li>- Necessidade urgente de incluir a Pegada Hídrica nas atividades humanas para o desenvolvimento económico;</li> <li>- Ausência de aplicação de taxas compensatórias para investimentos nos recursos hídricos;</li> <li>- Ausência de revisão das tarifas de consumo da água nos vários sectores;</li> <li>- Insuficiente controlo no consumo de água nos vários sectores;</li> <li>- Insuficiente controlo e aplicação nas sanções por má gestão, por contaminação, apropriação, intervenções ilegais;</li> <li>- Inexistente e insuficientes incentivos à substituição e modernização da rede de equipamentos e infraestruturas;</li> <li>- Inexistente substituição dos equipamentos, das condutas de abastecimento de água, das estações de monitorização;</li> <li>- Inexistência de modernização das ETAR's;</li> </ul>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>Área temática 2 - Qualidade da água</p> <p>9-Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos</p> <p>10-Contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas</p> <p>13-Poluição microbiológica das águas superficiais</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de um real e atual de levantamento dos furos, e monitorização da qualidade e quantidade de água;</li> <li>- Inexistência de medidas para intervir em caso de contaminação grave e sanções a aplicar aos responsáveis;</li> <li>- Degradação de margens das linhas de água e rede hídrica envolvente (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar, contaminação) por Inexistência de regras de Boas Práticas, de medidas de monitorização no risco de contaminação de linhas de água na influência de infraestruturas e equipamentos sociais/urbanos/industriais/turísticos (inclui os aterros sanitários)</li> </ul> <p>Área temática 3 - Quantidade da água</p> <p>18-Escassez de água</p> <p>19-Sobre-exploração de aquíferos</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de um real e atual dos consumos de água, do levantamento dos furos (legais e ilegais; do seu nível e estado), e uma monitorização da qualidade e quantidade de água;</li> <li>-Sobre-exploração das barragens pela agricultura e turismo (hotéis, espaços verdes, infraestruturas/equipamentos de lazer e outros);</li> <li>- Inexistência de limites estabelecidos para ocupação e uso com base nas reservas superficiais e subterrâneas;</li> <li>- Insuficientes políticas de incentivo ao armazenamento e à reutilização de águas (residuais, pluviais, ...);</li> <li>- Insuficientes políticas para conservação do solo e da água na zona da serra (recepção de água);</li> </ul> <p>Área temática 4 - Biodiversidade</p> <p>23-Destruição/fragmentação de habitats</p> <p>24-Aumento de ocorrências de espécies invasoras</p> <p>Outras Questões/Contributos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alteração da vegetação autóctone por culturas agrícolas intensivas e em regime de monocultura;</li> <li>- Alteração/Destruição da paisagem rural por más práticas de limpeza da biomassa, por construções volumosas, impermeabilizações e por substituição de vegetação autóctone por relvado, ...</li> </ul> <p>Área temática 5 - Gestão de riscos</p> <p>26-Degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar)</p> <p>27-Secas</p> <p>28-Inundações</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação das margens das linhas de água (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar, contaminação)</li> </ul>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>- Inexistência de uma avaliação do impacte atual destes riscos e do impacte das medidas de adaptação/redução, Na realidade não se sabe o que está a ser feito;</p> <p>- Inexistência de um plano de intervenção em caso de emergência;</p> <p>Área temática 6 - Quadro económico e financeiro</p> <p>31-Insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços da água no setor agrícola</p> <p>33-Ineficiências no uso da água (setores agrícola e pecuário)</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <p>- Inexistência do impacte pós construção de barragens;</p> <p>- Inexistência de uma avaliação dos programas de apoio e incentivo a melhor gestão de recursos hídricos e o impacte desses. Na realidade não se sabe o que está a ser feito e gasto;</p> <p>- Inexistência de informação sobre o retorno económico dos sectores do turismo, da agricultura para a região com os investimentos feitos;</p> <p>- Inexistência de dados do balanço hídrico de cada sector, em termos económicos e financeiros;</p> <p>Área temática 7 – Comunicação e sensibilização</p> <p>34-Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública</p> <p>35-Insuficiente sistematização e disponibilização de informação, pelos diferentes setores, relativa às utilizações da água</p> <p>Outras Questões/Contributos:</p> <p>- Inexistente articulação entre as entidades para uma melhor sensibilização e informação;</p> <p>- Inexistente reconhecimento do estado dos recursos hídricos por parte do público geral e sectores económicos;</p> <p>- Inexistente apropriação da responsabilidade da gestão dos recursos hídricos por parte do público geral e sectores económicos;</p> <p>- Reduzida presença das entidades gestoras (Águas do Algarve, APA) nas campanhas de sensibilização e informação para uma melhor gestão da água junto do público geral e sectores económicos;</p> <p>Embora a adaptação à nova realidade das mudanças climáticas seja bem tratada e respaldada por planos nacionais pertinentes (ENAAC, P-3AC, etc.), propomos a consideração de soluções mais integradoras não apenas em nível de governança e participação pública, mas também ao nível dos setores em causa, ou seja, maior integração de soluções abordando a agricultura, energia, aquicultura, urbanização, turismo, etc. de uma forma mais integrativa e holística, complementando assim os eixos temáticos e medidas de tipo-chave para setores específicos propostos.</p> <p>O RCE não é considerado um problema na documentação, quando quem conhece algumas das ribeiras do Algarve sabe que este e, conseqüentemente, a manutenção dos habitats, flora e fauna, são um problema sério. As ribeiras de Alte e Algibre e, a jusante, a ribeira de Quarteira, estão a ser secas por ação humana, nomeadamente captações para rega (exemplo mais flagrante a rega de laranjal intensivo em Alte que chega a secar a queda do Vigário) e intervenções paisagísticas como é o caso do resort da Ombria no caso da ribeira de Algibre. Em consequência, a ribeira de Quarteira está seca, muito além do que seria normal em situação de seca meteorológica e isto agrava-se de ano para ano.</p> <p>A reutilização dos efluentes e da água "tratada". Incrivelmente o documento ignora completamente as novas tendências no sentido da economia circular e do EU GreenDeal, é, como sempre, focado na limitação e na proibição, no entanto a agricultura, que é responsável por 67% do consumo de água na região (!), continua a plantar culturas com grande necessidade de água, como o abacate (espécie exótica!!!) onde quer e como</p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>quer. Depois temos o lixo, o imenso lixo acumulado nos rios secos e que chega aos sistemas lagunares e oceano em cada enxurrada.</p>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	Formulário	
<p><b>Questões metodológicas identificadas</b></p>		
<p><b>Análise</b></p>		
<p><b>Integração</b></p>		
<p><b>Questões técnicas identificadas</b></p>		
<p>Devido à extensão e especificidade do contributo, remete-se a identificação das questões para o texto do contributo.</p>		
<p><b>Análise</b></p>		
<p>O contributo é bastante extenso e diversificado, identificando problemas e propostas de atuação que têm, na sua maioria, enquadramento em várias das QSiGA definidas para a RH8.</p>		
<p><b>Integração</b></p>		
<p>A ponderação das propostas será efetuada na fase da definição das medidas, no âmbito do PGRH (2022-2027).</p>		
<p><b>Outras questões gerais identificadas</b></p>		
<p><b>Análise</b></p>		
<p><b>Integração</b></p>		
<p><b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b></p>		
<p><b>Comentários/ Observações</b></p>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Anónimo</b>	
Tipo	Não aplicável	
<b>Contributo</b>		
<p><b>Quais as outras alternativas de atuação ou orientações estratégicas para resolver as QSiGA identificadas e porquê?</b></p> <p>* Propostas para pôr em prática de forma mais eficiente a monitorização e fiscalização das questões identificadas. Obter informação das pessoas que são afectadas no local, ligadas à agricultura tradicional e pequenas explorações ou de outro modo dependentes do normal caudal das ribeiras. O saber empírico de quem conhece a região e o conhecimento histórico são completamente perdidos no meio de tanta tecnicidade e têm um valor que não deve ser desprezado.</p> <p>*Proteger o subsolo dos nutrientes e químicos lançados pela agricultura, fazendo a recolha, filtração e reutilização da água de rega.</p> <p>* Como uma proposta concreta de apoio aos nossos comentários apresentados [soluções mais integradoras e holísticas para endereçamento escassez de água e a seca no contexto da adaptação às mudanças climáticas, bem como fontes pontuais e não pontuais de poluição com contaminantes tradicionais e emergentes] abordando de uma forma mais integrativa e holística pertinentes setores influenciados, sugerimos com isso a avaliação da proposta *AQUALGARVE* para um projeto de demonstração de gestão integrada da água solicitada ao Sr. Pedro Coelho (Diretor APA / ARH-Algarve) por e-mail de 31 de agosto de 2020 como uma possível contribuição não limitada, mas incluindo os seguintes eixos e programas de medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PTE5: Adaptação às mudanças climáticas através da proposta de *reutilização de águas residuais tratadas* (lagares de azeite e outras águas residuais de processamento de alimentos, águas residuais municipais e fossas sépticas, por exemplo, de resorts turísticos ou em vilas, escoamento agrícola e de campos de golfe) para irrigação (agricultura, campos de golfe, espaços verdes públicos) e dessalinização da água do mar para a produção de água potável com valorização da salmoura residual para a produção de sal (em vez de a rejeitar de volta ao oceano),</li> <li>• PTE1: Tratamento de fontes pontuais e difusas de poluição das águas superficiais (nomeadamente da Ria Formosa) por substâncias prioritárias através de cavitação controlada (em termos de um AOP e de desinfecção) e zonas húmidas construídas</li> <li>• PTE6: Análise de recuperação de custo entre a linha de base e o cenário do projeto, e subsídio cruzado WEF-Nexus (nexo água-energia-alimento) proposto</li> <li>• PTE8: Propostas de ações de divulgação, sensibilização e networking</li> </ul> <p>Por favor observe que a iniciativa é destina-se a ser coordenada pela UAlg-CIMA e apoiada pela CCDR Algarve, entre mais de 20 parceiros do consórcio (fornecedores de tecnologia e serviços).</p>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	Formulário	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• mais eficiência na monitorização e fiscalização das questões identificadas;</li> <li>• de fazer a recolha, filtração e reutilização da água de rega;</li> <li>• de reutilização de águas residuais tratadas para irrigação;</li> <li>• dessalinização da água do mar para a produção de água potável com valorização da salmoura residual para a produção de sal;</li> <li>• tratamento de fontes pontuais e difusas de poluição das águas superficiais;</li> <li>• análise de recuperação de custo.</li> </ul>		
<b>Análise</b>		
As propostas afiguram-se relevantes no contexto da lista de QGIGA identificadas para a RH8.		
<b>Integração</b>		
As ações identificadas serão devidamente analisadas, no sentido de avaliar a pertinência de poderem vir a enquadrar-se nas medidas a definir numa fase posterior.		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		



RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<b>Participante</b>		
Identificação	<b>Anónimo</b>	
Tipo	Não aplicável	
<b>Contributo</b>		
<p><b>Quais são os desafios cuja concretização considera mais ambiciosa para atingir os objetivos ambientais no final do ciclo de planeamento?</b></p> <p>* A eutrofização dos sistemas lacunares e a inevitável subida do nível médio do mar.</p> <p>* Comunicação, regulação, fiscalização e inovação. É difícil comunicar a escassez e a necessidade de responsabilidade no uso da água. Sempre se partiu de um princípio de "tem acesso, usa" e isso funcionaria tradicionalmente, mas não quando se junta à equação a rega de culturas intensivas de elevado consumo de água como é o caso dos citrinos, abacates e outros. É importante comunicar de forma eficaz que os recursos hídricos não são suficientes para tudo e, conseqüentemente fiscalizar eficientemente o seu uso para que as ferramentas de regulação funcionem, caso contrário, a situação atual só se vai agravar. Inovar é preciso não só em aproveitamento e reutilização de água como em espécies cultivadas e práticas agrícolas. Para continuar a haver expansão da atividade agrícola dependente de rega, é preciso, além da racionalização do uso da água, haver mais água em quantidade, pelo que o reaproveitamento de águas residuais para fins agrícolas bem como o investimento em dessalinização são necessários. O uso da água captada em superfície ou profundidade tem de sofrer melhor regulação e fiscalização e as intervenções sobre leitos e caudais de ribeiras serem repensadas e minimizadas sob pena de se agravar a destruição de habitats e paisagens a que já se assiste em algumas ribeiras.</p> <p>* Na minha opinião, um dos maiores desafios passa pela educação ambiental, penso que existe uma grande percentagem de população que não sabe o que pode e o que não pode fazer e enquanto a população não alterar os seus hábitos teremos que realizar limpezas e monitoramentos das ribeiras, rios e entre outros tantos locais poluídos. Para além disto, penso que também seja muito importante perceber o grau de poluição das águas das ribeiras do Algarve e a sua escassez.</p> <p>* A escassez de água: reutilização da pouca existente e criação de sistemas de retenção de água artificial (subterrânea de preferência para evitar evapotranspiração e contaminação)</p> <p>* Os objetivos ambientais apenas se referem critérios do estado das massas de água e esse estado é com base em impactes resultantes de poluição química, orgânica, de nutrientes e microbiológica, impactes resultantes de alteração de habitats devido a variações hidrológicas, modificações morfológicas. Não considera impactes como a seca e escassez. Por outro lado os objetivos deviam ser abrangentes, não se referirem só às massas de água, mas às áreas envolventes e ainda às áreas mais distantes mas que são importantes para abastecer/recargar de água destas massas.</p> <p>Os principais desafios para a concretização dos objetivos propostos são: - considerar na classificação do estado global das massas de água outros impactes uma vez que não está refletido o impacto do consumo de água e como tal não é avaliado os resultados das medidas propostas nesta classificação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a veracidade da avaliação dos impactes para classificação do estado das massas de água superficial e subterrânea;</li> <li>- Garantir monitorização das linhas de água mais distantes das massas de água que se localizam em áreas fragilizadas (presença de aterros sanitários, indústria, equipamentos urbanos e turísticos dispersos,...);</li> <li>- Rede de saneamento básico e etar's obsoletas com ruturas;</li> <li>- Infrações da empresas de limpezas se esgotos/fosas sépticas e outras áreas de serviços;</li> </ul>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
<p>- As medidas propostas para reduzir cada um dos impactes que influencia a classificação, não é suficiente;</p> <p>- Sancionar quem é o responsável pelo impacte causado. Temos visto muitas praias interditas por questões de poluição microbiológica. Sabe-se qual a é a contaminação, mas depois não se sabe a fonte de contaminação, a origem. Ou não interessa saber. Tem que ser aplicado o conceito “Poluidor pagador” porque assim saem todos ilesos destes crimes ambientais;</p> <p>- Inexistência de planos de atuação o caso de ocorrerem situações de Estado Medíocre, ou seca extrema antes de atingirmos o estado de calamidade e de emergência;</p> <p>* Escassez de água e seca no contexto das alterações climáticas, fontes pontuais e difusas de poluição de contaminantes tradicionais e emergentes.</p> <p>* Seca</p> <p>* Soluções mais integradoras, holísticas e eficiente no que diz respeito à recuperação de custos (*) para endereçamento escassez de água e a seca no contexto da adaptação às mudanças climáticas (reuso de efluentes tratados; dessalinização), bem como fontes pontuais e não pontuais de poluição com contaminantes tradicionais e emergentes.</p> <p>(*)Ressalte-se que por isso não entendemos a construção de barragens baseadas em 1000 ou mesmo 5000 anos de operação dimensionados com altas quantidades médias de chuvas, que simplesmente não existem mais, e financiados por uma centena de milhões de euros através dos contribuintes, apenas que pode ser vendido para a agricultura a um preço tão baixo quanto 4-7 centavos / m3, mas sim como pelas referidas soluções integrativas gerando fluxo de rendimentos adicionais, por exemplo da produção de sal por dessalinização, biogás da digestão anaeróbia de lamas ou certificados de água (semelhantes aos créditos de carbono), adequados para subsídios cruzados do preço da água para níveis económica e socialmente aceitáveis para a agricultura e outros beneficiários.</p>		
Tipologia	Não aplicável	
Abrangência		
Forma de participação	Formulário	
<b>Questões metodológicas identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Questões técnicas identificadas</b>		
<p>Comunicação e educação ambiental, regulação e fiscalização.</p> <p>Reutilização e criação de sistemas de retenção de água artificial</p> <p>Garantir a veracidade da avaliação dos impactes</p> <p>Garantir monitorização das linhas de água mais distantes das massas de água</p> <p>Responsabilização dos responsáveis pelos impactes – Poluidor pagador</p> <p>Recuperação de custos</p>		
<b>Análise</b>		

RH8	Região Hidrográfica do Ribeiros do Algarve	Ciclo de Planeamento 2022-2027
O contributo identifica problemas e propostas de atuação que têm, na sua maioria, enquadramento em várias das QSiGA definidas para a RH8.		
<b>Integração</b>		
A ponderação das propostas será efetuada na fase da definição das medidas, no âmbito do PGRH (2022-2027).		
<b>Outras questões gerais identificadas</b>		
<b>Análise</b>		
<b>Integração</b>		
<b>Outras questões não relacionadas com as QSiGAs identificadas</b>		
<b>Comentários/ Observações</b>		